



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM

PMSC

Fls. 96

Rubrica [assinatura]

Mat. n.º: 1164

## PARECER JURÍDICO

**Processo Administrativo nº 1.214.005/2021**

**Interessado:** Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca, Abastecimento e Recursos Hídricos.

**Modalidade:** Pregão Presencial

**Objeto:** Aquisição futura e parcelada de água potável para promoção de assistência a beneficiar as famílias que não tem acesso a água para consumo humano, ou o tem de forma irregular, buscando minimizar os impactos causados pelas adversidades climáticas que ocasionam estiagem e seca em nossa região.

**EMENTA:** Direito Administrativo. Direito Constitucional. Licitação. Contratos Administrativos. Pregão Presencial. Aquisição futura e parcelada de água potável para promoção de assistência a beneficiar as famílias que não tem acesso a água para consumo humano, ou o tem de forma irregular, buscando minimizar os impactos causados pelas adversidades climáticas que ocasionam estiagem e seca em nossa região. Análise Jurídica Prévia. Aprovação.

### **I - RELATÓRIO**

O presente processo administrativo trata da contratação da pessoa jurídica de direito privado, por meio de processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, com o intuito de adquirir **futura e parceladamente água potável para promoção de assistência a beneficiar as famílias que não tem acesso a água para consumo humano, ou o tem de forma irregular, buscando minimizar os impactos causados pelas adversidades climáticas que ocasionam estiagem e seca em nossa região.**

Depreende-se dos Autos a existência de Solicitação de Despesa exarada pelo setor Requisitante; Termo de Referência; autorização de abertura de processo licitatório; orçamento detalhado em planilhas com descrição dos itens e suas respectivas unidades, quantidades, preços unitários e totais; atos informando a



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM**

PMSC

Fls. 97

Rubrica [assinatura]

Mat. n.º: 1164

existência de saldo orçamentário específico e suficiente à despesa já em consonância com o PPA, LOA e LDO; designação de Pregoeiro e equipe de Apoio; bem como a Minuta de Edital e respectivos anexos, tudo devidamente contemplado em um único **Volume de 95 páginas**.

Ato contínuo o processo foi direcionado a esta Procuradoria com o desígnio de promover a análise da Minuta de Edital de Licitação e demais atos, com o viés jurídico, identificando se estão de acordo com a legislação brasileira, em especial art. 38, Parágrafo único da Lei nº 8666/93 e os Princípios que regem a Administração.

## **II - DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS**

A Constituição Federal brasileira preconiza em seu artigo 37, XXI, a obrigatoriedade de processo licitatório para contratações públicas, ressalvadas algumas exceções especificadas em leis.

Os processos licitatórios, por sua vez, devem ser eivados de boa fé pública e estar fundamentados nos Princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, motivo pelo qual existem requisitos mínimos que devem ser observados para cada tipo de processo em específico, os quais passarei a analisar minuciosamente.

### a) Da Escolha da Modalidade de Licitação – Pregão Presencial

A modalidade licitatória do tipo Pregão encontra previsão legal na Lei nº 10.520/02, Decretos Federais de nº 3.555/2000, nº 10.024/2019, bem como Decretos Municipais de nº 010/2013 e nº 029/2020, e subsidiariamente ainda a Lei nº 8.666/93, sendo essa modalidade a mais adequada para aquisição de bens ou serviços comuns no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Vejamos:

**Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.**

Parágrafo único. Consideram-se **bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.** (Lei nº 10,520/2002) - grifos nossos.





ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM

PMSC

Fls. 98  
Rubrica [assinatura]  
Mat. n.º: 1464

Isto posto, **compreendo que a adquirir futura e água potável para promoção de assistência a beneficiar as famílias que não tem acesso a água para consumo humano, ou o tem de forma irregular, buscando minimizar os impactos causados pelas adversidades climáticas que ocasionam estiagem e seca em nossa região** se enquadra na descrição de bens “comuns”, seguindo a mesma lógica do Termo de Referência do processo e do próprio Pregoeiro, tendo em vista que a descrição dos produtos que se pretende adquirir são usais no mercado.

Importante salientar que **a obrigatoriedade do Pregão Eletrônico de acordo com o Decreto Federal nº 10.024/2019** e Instrução Normativa nº 206, 16 de outubro de 2019 refere-se especificamente as decorrentes de transferência voluntária, tais como tais como convênios e contratos de repasse, **o que não é o caso em tela.**

b) Dos requisitos processuais da fase preparatória

Conforme se depreende dos Autos, na Solicitação de Despesa e no Termo de Referência encontramos a descrição do objeto que, salvo melhor juízo, encontra-se bem descrito e especificado.

Traz, contudo, a especificação dos itens, além da justificativa pertinente à contratação; bem como respectivas exigências para habilitação e aceitação das propostas, devidamente elencadas na Minuta do Edital apreciada, com arrimo na Lei nº 10.520/2002. Vejamos:

**Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:**

I - a autoridade competente justificará a necessidade **de contratação e definirá o objeto do certame**, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;

II - a **definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara**, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;

III - dos autos do procedimento constarão a **justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento**, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados; e

IV - a **autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja**



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM**

PMSC

Fls. 99  
Rubrica [assinatura]  
Mat. n.º: 1469

**atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.** – grifos meus.

Importante salientar que a **qualificação técnica** exigida está dentro dos ditames jurídicos, sem qualquer excesso que a torne ilegal ou inoportuna.

Notadamente, a Secretaria Requisitante optou pelo uso do **Sistema de Registro de Preço** para essa aquisição, tendo em vista que a aquisição pretendida não é pontual, mas futura e parcelada, apresentando justificativa para tanto.

Além do mais, escolheu a **contratação por item** que confere ao certame maior concorrência, sendo a regra geral a ser utilizada nas contratações públicas.

Saliente-se que a pesquisa mercadológica encontra-se acostada às fls. 12 a 32, regular perante a **Instrução Normativa de nº 73/2020**, do Ministério da Economia, seguindo a metodologia de média dos valores obtidos junto à fornecedores.

No aspecto formal, as peças processuais comportam as formalidades exigidas no dispositivo acima e é importante frisar que tanto o Termo de Referência quanto a Minuta do Edital basearam-se nos modelos da Advocacia Geral da União – AGU, encontrados no sítio eletrônico do mesmo em Manual de Boas Práticas Consultivas.

Frise-se ainda que a formalização do processo em comento encontra-se em consonância com a **Resolução nº 028/2020 do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, em especial art. 10 e seguintes**, que trata da Composição do Processo de Realização da Despesa Pública.

### **III – CONCLUSÃO**

Neste diapasão, em caráter opinativo, entendo que o Processo Administrativo de nº **1.214.005/2021** atendeu aos requisitos legais, de modo que






ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM**

PMSC
Fls. <u>400</u>
Rubrica <u>[assinatura]</u>
Mat. n.º: <u>1409</u>

a Minuta do Edital e respectivos anexos, incluindo a minuta do Contrato, está em conformidade com a legislação vigente pertinente ao tema.

Remeto os autos ao Pregoeiro para o prosseguimento do processo.

Serra Caiada/RN, 21 de Fevereiro de 2022.

  
Râmida Raiza de Oliveira Pereira Gonçalves  
Procuradora Geral  
OAB/RN nº 14.285